duação ao Sr. Miguel Trindade da Costa Rocha, Inspector do quadro da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2007, conforme o disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

22 de Novembro de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 24977/2007

Por deliberação do conselho directivo do INML, I. P., em sessão de 10 de Outubro de 2007:

Eliseu Gomes Gaspar — nomeado na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

29 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 28456/2007

Por despacho do presidente deste Instituto de 13 de Novembro de 2007, foi Maria Natália de Jesus Peixoto Oliveira, primeira-ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo do município da Mealhada, ficando afecta à Conservatória do Registo Civil de Anadia, com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 28457/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o senhor major Luís Jorge Soares Correia, do quadro de pessoal do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, para exercer funções no meu Gabinete na área da sua especialidade, para o efeito destacado àquele Comando.

2 — O nomeado auferirá, a título de remuneração mensal, o montante equivalente à remuneração estabelecida para o cargo de adjunto, acrescido das correspondentes despesas de representação, subsídios de férias e de natal, sendo a diferença entre a remuneração correspondente ao lugar de origem e a totalidade dos abonos suportada por verbas do meu Gabinete.

3 — Quando o nomeado se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

4 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos, até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007.

31 de Outubro de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 28458/2007

Através da deliberação do Conselho de Ministros n.º 652/2007, de 3 de Outubro, foi adoptada a orientação de que todos os ministérios, cujas políticas são beneficiárias dos objectivos programáticos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), deverão contribuir para os custos de funcionamento dos órgãos de governação do QREN e dos Programas Operacionais (PO), através da afectação de uma parcela da

respectiva dotação de PIDDAC, destinada a constituir a contrapartida nacional do respectivo co-financiamento comunitário.

Neste sentido, foi decidido que os Ministérios que integram as Comissões Ministeriais de Coordenação (CMC) do QREN e dos PO deverão contribuir para a contrapartida nacional PIDDAC dos financiamentos associados à assistência técnica do QREN e dos respectivos PO, com aplicabilidade já para o presente exercício de 2007.

A concretização destas orientações de governação do QREN pressupõe a identificação objectiva dos serviços dos ministérios que asseguram o apoio administrativo e financeiro ao funcionamento das Autoridades de Gestão, a favor dos quais são efectuadas as reafecções orçamentais, procedimento que, nos termos do n.º 6 da supra mencionada deliberação do Conselho de Ministros, cabe ao ministro coordenador da Comissão Ministerial de Coordenação do respectivo PO.

Assim, de acordo com o disposto no n.º 6 da deliberação do Conselho de Ministros n.º 652/2007, de 3 de Outubro, determino o seguinte:

1 — O apoio administrativo e financeiro às Autoridades de Gestão dos PO Regionais do Continente (POR) é assegurado pelos seguintes organismos, a favor dos quais são efectuadas as reafecções orçamentais previstas nos n.ºs 5, 8 e 9 da citada deliberação do Conselho de Ministros:

- a) Autoridade de Gestão do POR do Norte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- b) Autoridade de Gestão do POR do Centro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- c) Autoridade de Gestão do POR de Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- d) Autoridade de Gestão do POR do Alentejo: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- e) Autoridade de Gestão do POR do Algarve: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;

2 — Com idêntica finalidade, o apoio administrativo e financeiro à Autoridade de Gestão do PO Assistência Técnica FEDER é assegurado pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.

19 de Novembro de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 28459/2007

Com vista à execução da obra de construção dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema de Lagoinha, inserido no Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, no concelho de Palmela, veio a sociedade “SIMARSUL — Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A.” requerer a constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre as parcelas de terreno identificadas no mapa e assinaladas na planta.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do Despacho n.º 16162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944 e dos artigos 8.º e 13.º a 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 213/DSO/2007, de 11 de Outubro de 2007, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, determino o seguinte:

1 — É declarada de utilidade pública, com carácter de urgência, a servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, sobre as parcelas de terreno identificadas no mapa de servidões e nas plantas de localização que se publicam em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante, as quais ficam, de ora em diante, oneradas, com carácter permanente, com a referida servidão administrativa, a favor da “SIMARSUL — Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A.”, criada pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de Novembro, concessionária responsável pela exploração e gestão do Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal para recolha, tratamento e rejeição de efluentes de vários municípios, nos quais se inclui o município de Palmela.